



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

2017

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) O Estado poderá legislar sobre:

- a) Serviço postal.
- b) Direito Processual Penal.
- c) Direito Espacial.
- d) juntas comerciais.
- e) populações indígenas.

2) Acerca da teoria do Poder Constituinte, assinale a assertiva correta:

- a) O Poder Constituinte derivado é competência constitucional estabelecida voltada exclusivamente à revisão do texto constitucional, excluindo-se, portanto, qualquer outra forma de atuação.
- b) O Poder Constituinte derivado decorrente é ilimitado.
- c) De acordo com a teoria clássica do Poder Constituinte, a Constituição é resultado do exercício de um poder originário, anterior e superior a ela, no qual ela se radica e do qual advém toda a sua premência e irrestrição.
- d) O processo da mutação constitucional, também nominado de Poder Constituinte Difuso, equivale formalmente ao exercício do Poder Constituinte derivado reformador.
- e) O Poder Constituinte Originário e Derivado possuem as mesmas características e limites, uma vez que estabelece normas constitucionais por meio de um processo legislativo extraordinário.

3) Naquilo que diz respeito às Garantias Fundamentais, julgue os itens abaixo:

I - O *habeas corpus*, em nenhuma hipótese, poderá ser utilizado em face de transgressão militar.

II - Caso a Administração Pública negue pedido de informações, com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), é cabível o manejo de *habeas data*.

III - O Supremo Tribunal Federal adotou a corrente concretista do mandado de injunção.

IV - O mandado de segurança não pode ser utilizado como substituto de ação de cobrança.

V - O conscrito tem legitimidade ativa para o ajuizamento de ação popular.

- a) I, III e IV são verdadeiras.
- b) II, III e V são verdadeiras.
- c) III, IV e V São falsas.
- d) I, II e V são falsas.

e) Todos os itens são falsos.

4) Quanto aos métodos de interpretação da constituição e das normas constitucionais, assinale a alternativa CORRETA.

Parte superior do formulário

a) O método científico espiritual, valorativo ou sociológico, cujo expoente doutrinário é Rudolf Smend, é aquele que parte de uma tese da identidade que existiria entre a constituição e as demais leis, ou seja, se a constituição é uma lei, não há por que ter método específico para interpretá-la.

b) Diz-se método tópico problemático aquele em que o intérprete se vale de suas pré-compreensões valorativas para obter o sentido da norma em um determinado problema pois o conteúdo da norma somente é alcançado a partir de sua interpretação concretizadora, dotada de caráter criativo que emana do exegeta.

c) Diz-se método da comparação constitucional aquele que prega que a constituição deve ser interpretada por todos e em qualquer espaço.

d) Diz-se método normativo estruturante ou concretista aquele em que o intérprete parte do direito positivo para chegar à estruturação da norma, muito mais complexa que o texto legal. Há influência da jurisprudência, doutrina, história, cultura e das decisões políticas.

e) O método jurídico ou hermenêutico clássico é aquele que a interpretação constitucional deve ser prática, ou seja, voltada às preocupações do caso concreto.

5) Sobre as normas constitucionais pertinentes à ordem econômica, é correto afirmar:

a) A ordem econômica não está regida pela busca do pleno emprego e defesa do consumidor.

b) A livre concorrência impede a constituição de monopólio, em toda e qualquer hipótese.

c) Sempre que possível, o Estado intervirá na ordem econômica.

d) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

2017

e) A Constituição, no capítulo reservado à ordem econômica, não se preocupa com questões pertinentes ao cooperativismo e outras formas de associativismo.

6) Quanto à formação histórica, o federalismo brasileiro se classifica como

- a) de desagregação.
- b) de primeiro grau.
- c) de agregação.
- d) simétrico.
- e) orgânico.

7) Assinale a opção correta acerca das garantias constitucionais individuais, do funcionamento e atribuições das CPIs e dos chamados remédios constitucionais, considerando, inclusive, a jurisprudência do STF.

a) Embora as CPIs possuam poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, é vedada a criação de CPI por assembleia legislativa estadual e a quebra de sigilo de dados bancários dos eventuais investigados.

b) Em decorrência de norma constitucional acrescentada pela EC n.º 45/2004, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos subscritos pelo Brasil antes da promulgação dessa emenda têm status normativo de emenda constitucional, independentemente do procedimento utilizado para aprovação.

c) O Habeas data serve para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, podendo ser impetrado inclusive por pessoa jurídica nacional ou estrangeira.

d) Habeas data não é garantia constitucional adequada para obtenção de dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

e) Não se admite que o impetrante desista da ação de mandado de segurança sem aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada, após prolação de sentença de mérito.

Parte inferior do formulário

8) No que diz respeito ao Poder Executivo e ao Tribunais de Contas, julgue os itens abaixo:

I - O chefe do Poder Executivo tem competência para editar decreto autônomo, ainda que o objetivo seja extinguir cargos preenchidos.

II - O Congresso Nacional tem competência para sustar atos do Poder Executivo, quando extrapole os limites da mera regulamentação.

III - O Chefe do Poder Executivo é escolhido por meio de eleições proporcionais.

IV - As contas do Chefe do Poder Executivo Estadual serão julgadas pelos Tribunais de Contas Estaduais.

V - Os Tribunais de Contas terão competência para sustar contratos administrativos.

- a) I, II e III são verdadeiras
- b) Somente a II é verdadeira
- c) III, IV e V São Verdadeiras
- d) II, III e V são verdadeiras
- e) Todos os itens são verdadeiros

9) Assinale a alternativa que apresenta a estrutura COMPLETA do Poder Judiciário Brasileiro.

- a) Supremo Tribunal Federal, Tribunais e Juízes Federais e Tribunais e Juízes Militares.
- b) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Eleitorais.
- c) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais de Justiça dos Estados e Distrito Federal.
- d) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar, Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais de Justiça Militar, Juízes de Direito, Juízes Federais, Juízes do Trabalho, Juízes Eleitorais e Juízes Militares.
- e) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais de Justiça dos Estados e Distrito Federal e Tribunais Regionais Federais.

10) Em relação às funções essenciais à Justiça, julgue os itens abaixo:

I - Aos Defensores Públicos é garantida a vitaliciedade.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

2017

II - O membro do Ministério Público pode ser empresário individual.

III - Aos Procuradores de Estado é garantida a inamovibilidade, a independência funcional e a irredutibilidade de subsídios.

IV - As Procuradorias dos Estados terão autonomia financeira, administrativa, orçamentária e técnica.

V - Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

- a) I, II e III são verdadeiras
- b) I, II, III e IV são falsas
- c) III, IV e V são verdadeiras
- d) Somente o item I é verdadeiro
- e) Todos os itens são falsos

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

11) Sobre o tema estabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) A estabilidade provisória assegurada às gestantes não se aplica nos contratos de trabalho por prazo determinado.
- b) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade, conforme entendimento sumulado do TST.
- c) Segundo entendimento sumulado do TST, o servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional não é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.
- d) De acordo com a Constituição Federal, a gestante tem direito a licença com a duração de 270 dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
- e) Conforme entendimento sumulado do TST, o empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, independentemente de aprovação concurso público, é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.

12) Sobre o tema contrato individual de trabalho, marque a alternativa correta;

- a) A remuneração do empregado não é elemento indispensável ao contrato de trabalho.

b) É possível contrato de trabalho entre pessoas jurídicas, isto é, um vínculo de emprego entre uma pessoa jurídica empregada e uma pessoa jurídica empregadora.

c) O empregado pode fazer-se substituir por outra pessoa, na medida em que a impessoalidade é característica básica da relação de emprego.

d) Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

e) Devido à subordinação, não há relação de emprego na hipótese de trabalho realizado fora das dependências do empregador (chamado trabalho à distância).

13) Sobre o tema remuneração, marque a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal veda, em qualquer hipótese, a redução do salário pago ao empregado.
- b) A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do adicional de insalubridade.
- c) A Constituição Federal assegura um adicional mínimo de 20% para as horas extras.
- d) As diárias de viagem, segundo a CLT, sempre integram o salário.
- e) De acordo com a CLT, os equipamentos fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço, são considerados salário.

14) Sobre recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa que contem o recurso cabível contra decisões definitivas ou terminativas das Varas Trabalhistas:

- a) embargos de declaração.
- b) agravo de instrumento.
- c) recurso de revista.
- d) recurso especial.
- e) recurso ordinário.

15) Ainda sobre recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa que contem o recurso cabível contra decisão que denega seguimento a recurso de revista:

- a) recurso extraordinário.
- b) embargos de declaração.
- c) agravo de instrumento.
- d) recurso ordinário.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
2017

e) recurso especial.

Direito Civil e Empresarial

16) Sobre as assertivas abaixo, marque a opção verdadeira.

I - São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.

II - São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

III - Aqueles que por causa transitória ou permanente não puderem exprimir sua vontade poderão ser declarados incapazes, mediante ação judicial própria.

IV - Os pródigos também são considerados absolutamente incapazes.

V - A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas I, II e V estão corretas.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Todas estão corretas.
- e) Apenas I, IV e V estão corretas.

17) As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. No que diz respeito a este enunciado podemos afirmar que são pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios e as autarquias.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, e os Municípios.

18) Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive os particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

b) São bens públicos os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças, os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

c) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, ainda que percamos a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

d) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

e) O uso comum dos bens públicos deve ser gratuito.

19) Segundo o Código Civil, não é forma de pagamento:

- a) A consignação em pagamento.
- b) A novação.
- c) A dação em pagamento.
- d) A cessão de crédito.
- e) A confusão.

20) Marque a assertiva correta.

- a) A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido, salvo estipulação em contrário.
- b) Nas dívidas garantidas por penhora, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação.
- c) Desde a assinatura do compromisso até a homologação da partilha, a administração da herança será exercida pelo inventariante ou síndico.
- d) A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido, mesmo após a partilha.
- e) A expressão “EIRELI” é utilizada após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

Direito Financeiro e Tributário

21) O texto constitucional delimita de forma precisa a competência tributária dos entes federativos, deixando claro os tributos que podem ser instituídos por cada ente. Nesse sentido, marque a seguir o tributo que não pode ser instituído pelo Estado de Alagoas:

- a) taxas.
- b) contribuições de melhoria.
- c) empréstimo compulsório.
- d) IPVA.
- e) ICMS.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

2017

22) A Constituição Federal define hipóteses que não podem ser objeto de tributação. São as chamadas imunidades. Nos itens a seguir constam hipóteses de imunidades, quanto aos impostos, previstas no texto constitucional. Marque o item que não contém previsão constitucional:

- a) imunidade de templos de qualquer culto.
- b) imunidade de livros.
- c) imunidade sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos.
- d) imunidade de sociedade de economia mista que explora atividade econômica.
- e) imunidade de jornais.

23) Com base nos princípios tributários, analise os itens subsequentes, considerando (V) para o(s) verdadeiro(s) e (F) para o(s) falso(s) e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- () Tributos podem ser criados ou aumentados por decreto do Chefe do Poder Executivo.
- () É vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- () É possível estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, inclusive mediante a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

- a) F, F, F
- b) F, F, V
- c) F, V, F
- d) V, F, V
- e) V, V, F

24) Sobre a obrigação tributária é correto afirmar:

- a) A obrigação principal tem por objeto prestações, positivas ou negativas, no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- b) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- c) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- d) O sujeito ativo da obrigação tributária é qualquer pessoa jurídica de direito privado.

e) O sujeito passivo da obrigação tributária é o titular da competência para exigir o pagamento do tributo.

25) Sobre os impostos estaduais é correto afirmar:

- a) Cabe ao Estado de Alagoas instituir o imposto de transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI.
- b) O ICMS será cumulativo.
- c) O Imposto transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos, será seletivo.
- d) O Imposto sobre serviços (ISS) é de competência estadual.
- e) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.

26) O fato gerador da contribuição de melhoria é:

- a) Valorização imobiliária decorrente de obra pública.
- b) Prestação de serviço público específico e divisível.
- c) O exercício regular do poder de polícia.
- d) Auferir renda.
- e) Ser proprietário de imóvel urbano.

27) Segundo os termos do Código Tributário Nacional, qual o nome do procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível:

- a) Lançamento.
- b) Execução Fiscal.
- c) Responsabilidade Tributária.
- d) Exclusão Tributária.
- e) Isenção.

28) A lei orçamentária é instituída por lei de iniciativa:

- a) popular.
- b) da Câmara dos Deputados.
- c) do Senado Federal.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

2017

d) do Poder Executivo.

e) do Poder Judiciário.

29) Acerca das vedações orçamentárias previstas no texto constitucional, analise os itens subsequentes, considerando (V) para o(s) verdadeiro(s) e (F) para o(s) falso(s) e, em seguida, assinale a alternativa correta.

() São vedados o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

() São vedados a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

() São vedados a destinação de recursos orçamentários para emendas individuais dos parlamentares

a) V, V, V

b) V, F, V

c) F, F, F

d) F, V, F

e) V, V, F

30) A despesa pública para ser considerada regular deve seguir estágios previstos em lei. Nesse sentido, um dos estágios é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Marque a seguir o nome que identifica essa fase:

a) Licitação

b) Empenho

c) Liquidação

d) Pagamento

e) Nota fiscal.

Direito Administrativo

31) Acerca do regime licitatório e dos contratos administrativo, assinale a alternativa correta:

a) O regime diferenciado de contratações públicas, previsto na Lei 12.462/11, é restrito às contratações pertinentes às obras e serviços de engenharia do Sistema Único de Saúde.

b) Dispensa de licitação e licitação dispensada são expressões sinônimas.

c) As hipóteses de inexigibilidade de licitação estão representadas em um rol taxativo, na Lei 8.666/93.

d) No pregão, não há inversão de fases, pois o procedimento licitatório segue os mesmos trâmites da Lei 8.666/93.

e) Em hipóteses excepcionais, é admitida a contratação verbal, no âmbito da administração pública.

32) Um parecer jurídico exarado por Procurador de Estado é um ato administrativo:

a) enunciativo

b) negocial

c) ordinatório

d) punitivo

e) normativo

33) Acerca da teoria geral do processo administrativo, assinale a alternativa correta:

a) O novo Código de Processo Civil não tem qualquer aplicabilidade, em relação aos trâmites do processo administrativo.

b) O processo administrativo não admite a utilização de prova emprestada.

c) É indispensável a presença de advogado, para fins de acompanhamento do processo administrativo disciplinar, sob pena de nulidade.

d) Os atos administrativos normativos são plenamente delegáveis.

e) Também se aplica ao processo administrativo o direito fundamental à razoável duração do processo.

34) Sobre os princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) A moralidade administrativa não pode ser utilizada como justificativa para afastar a prática de nepotismo.

b) A publicidade, tal como interpretada, impede a sigilosidade de qualquer processo administrativo.

c) A modicidade das tarifas é princípio que rege os serviços públicos.

d) A juridicidade administrativa não constitui uma evolução da legalidade administrativa.

e) A impessoalidade administrativa impede a publicidade de atos governamentais, mesmo que a divulgação não esteja vinculada à pessoa do governante.

35) Assinale a alternativa correta, no que diz respeito aos contratos administrativos:

a) O contrato administrativo pode ser firmado por prazo indeterminado.

b) É permitida a prorrogação de contrato administrativo que já esteja vencido.

c) No âmbito dos contratos administrativos, inexistem qualquer prerrogativa da Administração



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

2017

Pública que seja distinta daquelas conferidas ao particular.

d) A decretação de falência da sociedade empresária contratada é causa suficiente à rescisão do contrato administrativo pelo Poder Público.

e) O instrumento contratual jamais poderá ser substituído por nota de empenho de despesa.

36) O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado é denominado:

- a) Vacância
- b) Recondução
- c) Promoção
- d) Reintegração
- e) Aproveitamento

37) Sobre o tombamento, é correto afirmar:

- a) Apenas bens corpóreos podem ser tombados.
- b) O proprietário do bem tombado não é obrigado a fazer reparos, com o objetivo de manter a sua estrutura.
- c) Sempre é cabível indenização, caso o Poder Público decida tomar um bem.
- d) Estado e Município não podem tomar o mesmo bem.
- e) O tombamento voluntário decorre de solicitação do proprietário.

38) Assinale a alternativa incorreta, naquilo que diz respeito às agências reguladoras:

- a) As agências reguladoras não integram a Administração Indireta.
- b) As agências reguladoras podem dispor sobre questões técnicas pertinentes ao objeto da regulação.
- c) Os mandatos dos dirigentes das agências reguladoras não possuem prazo determinado.
- d) As agências reguladoras deverão realizar concurso público, para fins de contratação de pessoal.
- e) O dirigente de agência reguladora, ao se afastar do cargo, não poderá, imediatamente, exercer atividades no setor privado objeto de anterior regulação.

39) Sobre a responsabilidade civil do Estado:

- a) Aplica-se ao Estado, em toda e qualquer hipótese, a teoria do risco integral.
- b) A responsabilidade por omissão do Estado é sempre subjetiva.
- c) A responsabilidade objetiva do Estado permite a alegação eventual de caso fortuito ou força maior.

d) Mesmo existindo culpa exclusiva de terceiro, o Estado será responsabilizado.

e) É impossível a alegação de culpa concorrente, em se tratando de responsabilidade estatal.

40) Acerca da desapropriação, marque a alternativa correta:

- a) Confundem-se os conceitos de desapropriação e expropriação.
- b) A desapropriação deverá, necessariamente, passar por uma fase judicial.
- c) A desapropriação é hipótese de intervenção supressiva da propriedade.
- d) Na desapropriação, em regra, não se exige indenização prévia e em dinheiro.
- e) Pode o Município desapropriar bem da União.

Direito Processual Civil

41) Marque a alternativa correta naquilo que pertine ao direito intertemporal e o Novo Código de Processo Civil:

- a) Com a extinção do procedimento sumário, dever-se-á adotar, a partir da vigência do CPC/15, as regras pertinentes ao procedimento comum do Novo Código, em relação aos processos já em curso e ainda não sentenciados.
- b) Com base na máxima *tempus regit actum*, as provas requeridas e ainda não produzidas, durante a vigência do CPC/73, serão realizadas em consonância com as disposições do CPC/15.
- c) Continuam reguladas pelo CPC/73 as execuções contra devedor insolvente, até que seja editada lei específica cuidando da matéria.
- d) A possibilidade de a coisa julgada abranger questão prejudicial, independentemente de pedido expresso da parte, nos termos do art. 503, §1º, do Novo CPC, aplica-se aos processos encerrados antes da vigência do novo CPC.
- e) O novo código afastou as vedações à concessão de tutelas provisórias contra a fazenda pública, de tal modo que provocou a derrogação de alguns dispositivos da Lei 8.437/92 e 12.016/09.

42) Assinale a alternativa incorreta, de acordo com o Novo Código de Processo Civil:

- a) O réu deverá argüir, por via de preliminar à contestação, questões atinentes à competência



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
2017

relativa, bem como à impugnação à gratuidade judiciária.

b) Segundo o CPC/15, a reconvenção será apresentada, no bojo da contestação, fato que poderá conduzir a equívocos procedimentais, pois é mantida a autonomia da reconvenção em relação à contestação.

c) Uma vez proposta a reconvenção, não se permite a ampliação processual subjetiva, de tal modo que o réu-reconvinte está impedido de litigar contra o autor-reconvindo em litisconsórcio com terceiro.

d) O recurso cabível contra a decisão que indefere o pedido de gratuidade judiciária é o agravo de instrumento, de tal sorte que está revogado o art. 17, da Lei 1.060/50.

e) O saneamento cooperativo é medida salutar inserta no CPC/15, pois viabiliza o adequado esclarecimento das partes quanto aos pontos controvertidos e, principalmente, quanto às provas que serão produzidas.

43) Acerca dos poderes, deveres e responsabilidade do juiz, assinale a alternativa correta:

a) É vedado ao juiz dilatar prazos processuais peremptórios, ainda que necessário para atender as peculiaridades do conflito.

b) Foram ampliadas as hipóteses de impedimento do magistrado, a fim de vedar a atuação do juiz nos processos em que figurem como parte instituição de ensino com a qual mantenha relação de emprego.

c) Inexiste suspeição do juiz nos processos em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

d) Os juízes não podem interferir na elaboração do calendário processual.

e) Com a edição do Novo Código de Processo Civil, foi estabelecida vedação expressa ao requerimento de provas *ex officio* pelo juiz.

44) Qual recurso foi abolido pelo novo CPC:

- a) Apelação
- b) Embargos de Declaração
- c) Recurso Especial
- d) Recurso Extraordinário
- e) Embargos Infringentes

45) Sobre a revelia e a teoria da ação, no âmbito do Novo Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) Há possibilidade de reconhecimento do efeito material da revelia, quando as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

b) Permanece, no CPC/15, dentre as condições da ação, a possibilidade jurídica do pedido, em consonância com o que já previa o CPC/73.

c) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data da realização do ato.

d) A doutrina atual, com base no Novo CPC, é pacífica quanto à extinção da categoria jurídica das condições da ação.

e) Reconhecido o efeito material da revelia, não poderá o magistrado determinar a produção de nenhum tipo de prova adicional.

46) O Novo Código de Processo Civil previu técnica de julgamento para certas hipóteses em que a decisão ocorre de forma não unânime. O instituto vem previsto no art. 942 que assim dispõe: “Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores”. A respeito do regime jurídico desse novo instituto, é incorreto afirmar:

a) Sendo possível, o prosseguimento do julgamento dar-se-á na mesma sessão, colhendo-se os votos de outros julgadores que porventura compoñham o órgão colegiado.

b) Os julgadores que já tiverem votado poderão rever seus votos por ocasião do prosseguimento do julgamento.

c) A técnica não é aplicada no julgamento do incidente de assunção de competência e ao de resolução de demandas repetitivas;

d) A técnica não é aplicada no julgamento não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.

e) A técnica é aplicada também no julgamento da remessa necessária.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

2017

47) Sobre a Apelação no Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Na hipótese da apelação contra a sentença que reconheceu a coisa julgada, o juízo de primeiro grau poderá retratar-se de sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias;
- b) Interposta a apelação, o juízo de primeiro grau efetuará o juízo de admissibilidade, caso positivo, fixará os efeitos em que a recebe;
- c) Regra geral, a apelação não será recebida com efeito suspensivo;
- d) Caso o juízo de primeiro grau não o atribua, o efeito suspensivo poderá ser requerido, por meio de ação cautelar, ao relator da apelação;
- e) O tribunal não poderá decidir desde logo o mérito quando a sentença se mostrar incongruente com os limites do pedido.

48) Em relação aos embargos de declaração, assinale a alternativa incorreta:

- a) A hipóteses de cabimento dos embargos de declaração no NCPC são: obscuridade, contradição, omissão e erro material;
- b) Os embargos de declaração serão recebidos no efeito suspensivo, uma vez que uma decisão não íntegra ou ambígua não é apta à produção de efeitos;
- c) Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação;
- d) Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade;
- e) Não serão admitidos novos embargos de declaração se os 2 (dois) anteriores houverem sido considerados protelatórios.

49) O Novo Código de Processo Civil promoveu algumas alterações referentes à atuação da Fazenda Pública em Juízo. Dessa forma, assinale a alternativa que melhor se enquadra com o panorama do CPC/2015:

- a) Os honorários advocatícios fixados em desfavor da Fazenda Pública sofreram substancial modificação com o Novo CPC, permitindo-se, inclusive, a condenação em honorários na apreciação de cumprimento de

sentença, ainda que não tenha existido regular impugnação.

- b) A prerrogativa da Fazenda Pública de elastecimento dos prazos processuais não sofreu impacto com o CPC/2015, permanecendo, assim, a regra estatuída no CPC/73 do prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

c) Permanece incólume a execução autônoma contra a Fazenda Pública, de tal forma que se perfaz inviável trabalhar com a ideia de cumprimento de sentença contrário à União, Estados Distrito Federal e Municípios.

d) A impugnação ao cumprimento de sentença manejada pela Fazenda Pública, sob a égide do Novo CPC, restringe a cognição no plano horizontal, diferentemente do que ocorria com os embargos à execução confeccionados pelo Poder Público, na execução autônoma regida pelo CPC/73.

- e) Com a alteração empreendida pelo Novo CPC, dispensa-se a remessa necessária quando já existir pronunciamento vinculante na esfera administrativa do Poder Público, consubstanciado em manifestação, parecer ou súmula.

50) Acerca da produção antecipada de provas, assinale a alternativa correta:

a) Uma vez proposta demanda para viabilizar a produção antecipada de provas, fica prevento o juízo para a ação principal futura.

b) Constitui fundamento legal para a propositura de eventual ação antecipada de provas a justificativa de que o prévio conhecimento dos fatos pode ser hábil a evitar o manejo da ação principal.

c) É competente, com exclusão de qualquer outro foro, o domicílio do réu, para as ações que objetivem a produção antecipada de provas.

d) Requerida a produção antecipada de provas, deve-se viabilizar à parte contrária a oportunidade de oferecimento de defesa, no prazo de 15 dias.

- e) A produção antecipada de provas terá, necessariamente, caráter contencioso.